



APÊNDICE I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº.05120009/2026

O presente estudo técnico preliminar, documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação, caracteriza o interesse público envolvido e evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade da contratação, e dá base ao termo de referência a ser elaborado.

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade contínua de modernização da infraestrutura física e operacional das escolas públicas municipais, considerando que a oferta de educação básica de qualidade depende não apenas de recursos humanos qualificados, mas também de ambientes estruturados, seguros, higienizados e devidamente equipados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

A Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o novo FUNDEB, estabelece em seu art. 25 que os recursos do Fundo devem ser aplicados em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, observando o disposto no art. 70 da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Tal previsão legal autoriza investimentos voltados à melhoria da estrutura escolar e aquisição de bens permanentes necessários ao funcionamento das unidades educacionais.

Nesse contexto, a aquisição dos equipamentos ora pleiteados revela-se plenamente compatível com os objetivos legais do FUNDEB, uma vez que:

1. Televisores (TVs):

São instrumentos tecnológicos relevantes para apoio pedagógico, utilizados em apresentações educativas, exibição de videoaulas, conteúdos interativos, reuniões escolares, formações continuadas e projetos didáticos multidisciplinares, ampliando as metodologias de ensino e fortalecendo a aprendizagem.

2. Máquinas de lavar:

Essenciais para higienização de toalhas, fardamentos, cortinas, materiais de apoio, panos de limpeza e utensílios utilizados em creches e escolas de tempo integral, contribuindo para padrões adequados de saúde pública, limpeza e conservação dos ambientes escolares.

3. Freezers e geladeiras:

Equipamentos indispensáveis ao correto armazenamento da merenda escolar, garantindo conservação de gêneros perecíveis, manutenção da cadeia de refrigeração e cumprimento das normas sanitárias relativas à alimentação escolar, beneficiando diretamente os estudantes.

4. Ventiladores:

Itens necessários para conforto térmico em salas de aula, bibliotecas, refeitórios e setores administrativos, especialmente em regiões de clima quente, favorecendo condições ambientais adequadas ao processo de ensino-aprendizagem e ao desempenho dos servidores.

Importa destacar que a aquisição desses bens permanentes atende também aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, pois equipamentos antigos, danificados ou insuficientes geram despesas constantes com manutenção corretiva, comprometem a rotina escolar e reduzem a qualidade dos serviços ofertados à população.

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) determina que cabe ao Município organizar, manter e desenvolver seus sistemas de ensino, assegurando padrões mínimos de qualidade, inclusive quanto à infraestrutura física e aos insumos indispensáveis ao processo educacional.



<p>Diante disso, considerando o crescimento da demanda escolar, o desgaste natural dos equipamentos existentes e a necessidade de aparelhamento das unidades da rede municipal, entende-se como medida urgente e necessária a instauração do competente procedimento licitatório, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).</p>
2. ATENDIMENTO ANTERIOR DA NECESSIDADE
<p>A abertura do atual processo licitatório tem por finalidade atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação o para o período de 01 (um) ano e serão utilizados para atender a demanda do município de Maravilha/AL.</p>
3. REQUISITOS DO OBJETO
3.1. NATUREZA DO OBJETO
<p>O objeto da contratação é comum, visto poderem seus padrões de desempenho e qualidade ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.</p>
3.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES
<p>A presente aquisição é por meio do procedimento administrativo, instrumentalizado pelo certame licitatório. Isso significa que a pretendida contratação poderia resultar num único contrato (ainda que possa ter a execução continuada). O caso em tela, permitirá uma contratação, respeitados os quantitativos máximos e a observância do período de um ano. Dito de outro modo, o pregão se exaure com uma única contratação.</p>
3.3. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR. FORAM CONSIDERADAS DIFERENTES FONTES, PODENDO SER ANALISADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES?
<p>Objetivando a obtenção da estimativa de preços, deverá ser publicado aviso de cotação no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas, a fim de que, empresas compatíveis com o objeto da licitação enviem a mesma dentro do prazo estimado. Obtendo desta forma valor médio de referência conforme a pesquisa de mercado pelas empresas, apurado através da média de preço por item das propostas válidas e com busca na plataforma “banco de preços” objetivando levantamento de mercado com base em contratações similares com os outros entes públicos ao objeto que será licitado.</p> <p>Essa abordagem assegura que os preços e condições aplicados refletem a realidade do mercado e as necessidades do município de Maravilha/AL.</p>
3.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
<p>De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de obrigações específicas da contratada, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas no Termo de Referência e na minuta padronizada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Maravilha/AL.</p>
4. AMOSTRA
<p>De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de amostra para a verificação da qualidade ou da conformidade com as especificações técnicas requisitadas.</p>
5. PRAZO DE VIGÊNCIA
<p>A contratação terá prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contado da data assinatura, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, devendo ocorrer a publicação do extrato contratual no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas – AMA, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de obrigações específicas da contratada, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas na minuta confeccionada pelo município de Maravilha /AL.

7. ENTREGA

O prazo de entrega é de até 15 (Quinze) dias corridos, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento ou empenho, no endereço conforme consta no edital.

8. DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIO

Já que não há complexidade e o baixo vulto da contratação, e a falta de necessidade do seu objeto, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta.

Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando o atendimento do interesse público.

A vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Com os serviços de agenciamento de viagens têm o propósito de ampliar a participação o desempenho das atividades funcionais, já que muitas vezes é imperioso o deslocamento dos agentes públicos para defender os interesses do Município de Maravilha/AL, com o intuito de representar a Prefeitura, ou até mesmo com a presença conjunta dos membros em diversos eventos para tratar de assuntos atinentes as atividades desenvolvidas na Prefeitura Municipal, além da necessidade de participação dos demais servidores das pastas em reuniões técnicas, congressos, conferências, seminários e outras demandas fora do estado de Alagoas.

11. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais, contudo nos termos da Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, as empresas serão responsáveis pela utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como a utilização de materiais que possam ser submetidos à reciclagem.

Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente embalagens que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação.

Os licitantes devem oferecer produtos acondicionados, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o



armazenamento. De acordo com o art. 7º, XI, nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, os licitantes devem ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana de açúcar (se for o caso).

Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final e ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; - outras formas vedadas pelo poder público.”

Os licitantes devem optar, quando possível, por produtos constituídos por materiais naturais.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas ou interdependentes com a contratação.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A viabilidade da contratação dos serviços de agenciamento de viagens têm o propósito de ampliar a participação o desempenho das atividades funcionais, já que muitas vezes é imperioso o deslocamento dos agentes públicos para defender os interesses do Município de Maravilha/AL, com o intuito de representar a Prefeitura, ou até mesmo com a presença conjunta dos membros em diversos eventos para tratar de assuntos atinentes as atividades desenvolvidas na Prefeitura Municipal, além da necessidade de participação dos demais servidores das pastas em reuniões técnicas, congressos, conferências, seminários e outras demandas fora do estado de Alagoas, visando ainda, a redução dos custos e a melhor qualidade, maior eficiência, celeridade, economicidade, controle, precisão das informações e redução do tempo de compilação e análise de dados.

16. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO SIGILO

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, não há necessidade de classificá-los como sigilosos.

Atesta-se, sob responsabilidade funcional, que o estudo técnico preliminar elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive acerca de Descrição, Unidade de Medida e Quantidade, quanto à fundamentação do termo de referência e demais instrumentos da contratação, elaborado que foi nos moldes do art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Maravilha /AL, 12 de maio de 2026.

Adriana Nunes Paulino Silva
Secretária Municipal de Educação